



Plano de Desenvolvimento Social Concelho de Mafra 2016 - 2020



Concelho Local Ação Social

Câmara Municipal de Mafra

24-06-2016

COMPOSIÇÃO DA REDE SOCIAL DO CONCELHO DE MAFRA

Núcleo Executivo:

Câmara Municipal de Mafra

Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul - Centro de Saúde de Mafra

Centro Social e Paroquial da Igreja Nova – Representante das IPSS

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), IP - Centro de Emprego de Loures-Odivelas

Instituto de Segurança Social (ISS), IP – Serviço Local de Mafra

Santa Casa da Misericórdia de Mafra

União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés – Representante das Freguesias

Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Mafra:

1. Câmara Municipal de Mafra (Preside)
2. ACES Oeste Sul (Centro Saúde de Mafra)
3. IEFP, IP (Centro de Emprego de Loures-Odivelas)
4. ISS, IP (Setor Mafra/Torres Vedras)
5. ABIU, Associação Beneficente de Intervenção Urbana
6. ACISM, Associação de Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra
7. ACJ, Ajuda Cristã à Juventude
8. Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra (Corporações de Bombeiros Voluntários de Mafra, de Ericeira e de Malveira)
 9. Agrupamento de Escolas da Ericeira
 10. Agrupamento de Escolas de Mafra
 11. Agrupamento de Escolas da Malveira
 12. Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro
13. APERCIM, Associação para a Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Mafra
14. ASFE, Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação
15. Casa do Povo do Gradil
16. Centro Recursos da Ericeira – CEBI, Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca
17. Centro Social da Ericeira
18. Centro Social e Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Igreja Nova
19. Centro Social e Paroquial de Mafra
20. Centro Social e Paroquial do Milharado
21. Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Assunção de Cheleiros
22. Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Encarnação (Barril)

Plano de Desenvolvimento Social 2016 - 2020

23. Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Livramento
24. Centro Social e Paroquial de Santo Isidoro
25. Centro Social e Paroquial São Silvestre do Gradil
26. CREVIDE – Casa da Rita
27. Colégio Miramar
28. Colégio Santo André
29. ComDignitatis- Associação Portuguesa para a Promoção da Dignidade Humana
30. Comunidade Vida e Paz
31. CPCJ, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra
32. ENRAIZAR, Associação de Aprendizagem Comunitária
33. Escola Secundária José Saramago
34. Escola Técnica e Profissional de Mafra
35. FRUTOESTE
36. Fundação Maria do Carmo Fernandes
37. GNR, Destacamento Territorial de Mafra
38. IASFA, Instituto de Ação Social das Forças Armadas/ Centro de Apoio Social de Runa
39. Junta de Freguesia de Carvoeira
40. Junta de Freguesia da Encarnação
41. Junta de Freguesia Ericeira
42. Junta de Freguesia de Mafra
43. Junta de Freguesia de Milharado
44. Junta de Freguesia de Santo Isidoro
45. Lar Obras Assistenciais Conferências São Vicente Paulo – Lar de S. Lourenço, Ericeira
46. Obra Social Pousal
47. PASM, Posto de Assistência Social da Malveira
48. Santa Casa da Misericórdia da Ericeira
49. Santa Casa da Misericórdia de Mafra
50. Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro
51. Setor Sénior (“Miminhos aos Avós”)
52. União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira
53. União de Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário
54. União de Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros
55. União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça
56. União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Sto. Estevão das Galés

NOTA INTRODUTÓRIA

A noção de *Desenvolvimento Social* pressupõe fundamentalmente a melhoria das condições de vida de uma sociedade. Os seus princípios e objetivos foram definidos na Cimeira Mundial do Desenvolvimento Humano - Conferência de Copenhaga (1995), e são os seguintes: a erradicação da pobreza, a promoção de emprego e a integração social - estes são portanto os pilares fundamentais do Desenvolvimento Social, estando por sua vez assentes no desenvolvimento sustentável e na transparência da administração em todos os setores.

Da elaboração do Diagnóstico Social advém a caracterização do Concelho, o conhecimento dos recursos, bem como o levantamento e a identificação das problemáticas existentes. A identificação das problemáticas é o resultado da reflexão efetuada pelos parceiros sociais, mediante as quais são definidas as prioridades e estratégias a adotar, a enquadrar no Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

Assim, o PDS 2016-2020, alicerçado no Diagnóstico Social, apresenta-se como um instrumento de definição de objetivos, de prioridades de intervenção e de estratégias de atuação para um período previsto de 5 anos, visando a promoção e a implementação do Desenvolvimento Social Local, assente nos princípios da inclusão social e da igualdade de género. Trata-se de um processo de planeamento participado, que implica o reforço de projetos já existentes, mas também a criação e implementação de outras iniciativas.

Importa referir, que tendo em conta a forte correlação entre idiosincrasias locais/problemas prioritários identificados no Diagnóstico Social/conjunturas atuais, o Plano de Desenvolvimento Social enquadra-se também num plano nacional e global, sob o desígnio orientador, entre outros, da Estratégia Europa 2020. Esta última definiu três grandes prioridades: o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, as quais se encontram, por sua vez, repartidas por objetivos temáticos, definidos no Quadro Estratégico Comum.

O planeamento do trabalho patente neste PDS tem em consideração as possíveis oportunidades e ameaças emergentes ao longo da sua implementação. Tornar proveitosas estas oportunidades e ameaças é o grande desafio da Rede Social. A superação deste e de outros desafios é passível de ser concretizada através do trabalho conjunto, ativo e eficaz de todas as entidades intervenientes.

O PDS materializa-se sob a forma de Planos de Ação anuais, sendo por isso um instrumento dinâmico, passível de adequação à mudança, nomeadamente pela integração de ações ajustadas às necessidades de cada período temporal.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Concelho de Mafra, elaborado pelo Núcleo Executivo, com o contributo das várias entidades que integram a Rede Social, constitui um instrumento de planeamento orientador da intervenção social no território concelhio, com vista à melhoria de vida das populações, procurando dar resposta às rápidas transformações que ocorrem no meio social.

Plano de Desenvolvimento Social 2016 - 2020

Para além de se basear na identificação das dimensões prioritárias e mais suscetíveis de produzir mudança na realidade em que se intervém, o planeamento implica também, ser concebido de forma integrada, considerando todas as dimensões dos problemas; valorizar equitativamente as formas de alcançar os objetivos, assegurando a participação efetiva dos agentes sociais implicados, tendo em conta os recursos humanos e materiais, bem como a calendarização para a implementação; e, ainda, considerar não apenas a realidade presente, mas também as oportunidades e ameaças que poderão surgir durante a implementação do plano.

O PDS esboça portanto o retrato de uma situação social realista e inclui uma programação das etapas e ações a desenvolver para alcançar os objetivos. Desdobra-se essencialmente em três fases, a saber, a do Diagnóstico da situação – identificação e priorização das problemáticas, a da definição de linhas orientadoras – estabelecimento de estratégias, e por fim, a operacionalização dos Planos de Ação – concretização das ações decorrentes das estratégias definidas.

À semelhança das metodologias mobilizadas no decorrer da elaboração do Diagnóstico Social e Definição dos Eixos Prioritários, recorreu-se também, no processo de realização do PDS, à reunião de grupos temáticos de debate (*focus-group*), integrando parceiros do CLAS, cujos contributos, trabalhados em sede de Núcleo Executivo, constituíram a base do presente documento: Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social de Mafra, 2016 - 2020.

SIGLAS

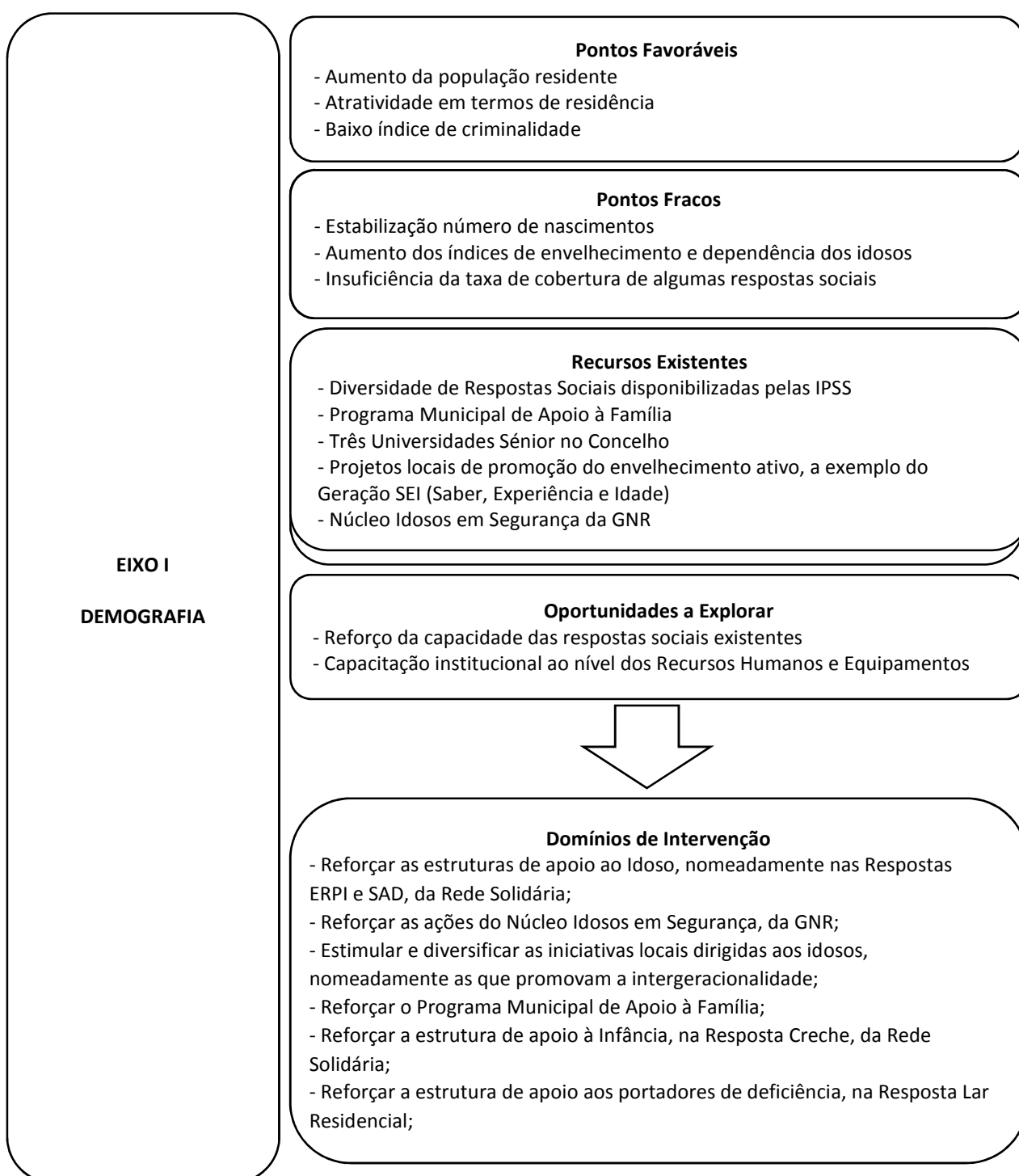
- ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
- CFP – Centro de Formação Profissional
- CLAS - Conselho Local de Ação Social
- CMM – Câmara Municipal de Mafra
- ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados
- ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- ETPM – Escola Técnica e Profissional de Mafra
- GAE – Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo
- GIP – Gabinete de Inserção Profissional
- IEFP, IP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Público
- IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
- JF – Junta de Freguesia
- MEV – Movimento é Vida (programa municipal de atividade física para maiores de 55 anos)
- PDS – Plano de Desenvolvimento Social
- SAD – Serviço de Atendimento Permanente
- SCMVP – Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro
- USF – Unidade de Saúde Familiar

EIXO PRIORITÁRIO I - DEMOGRAFIA

Resultado das alterações demográficas a que se assiste um pouco por todo o território nacional, também no território de Mafra se sentem os efeitos da inversão tendencial da pirâmide etária.

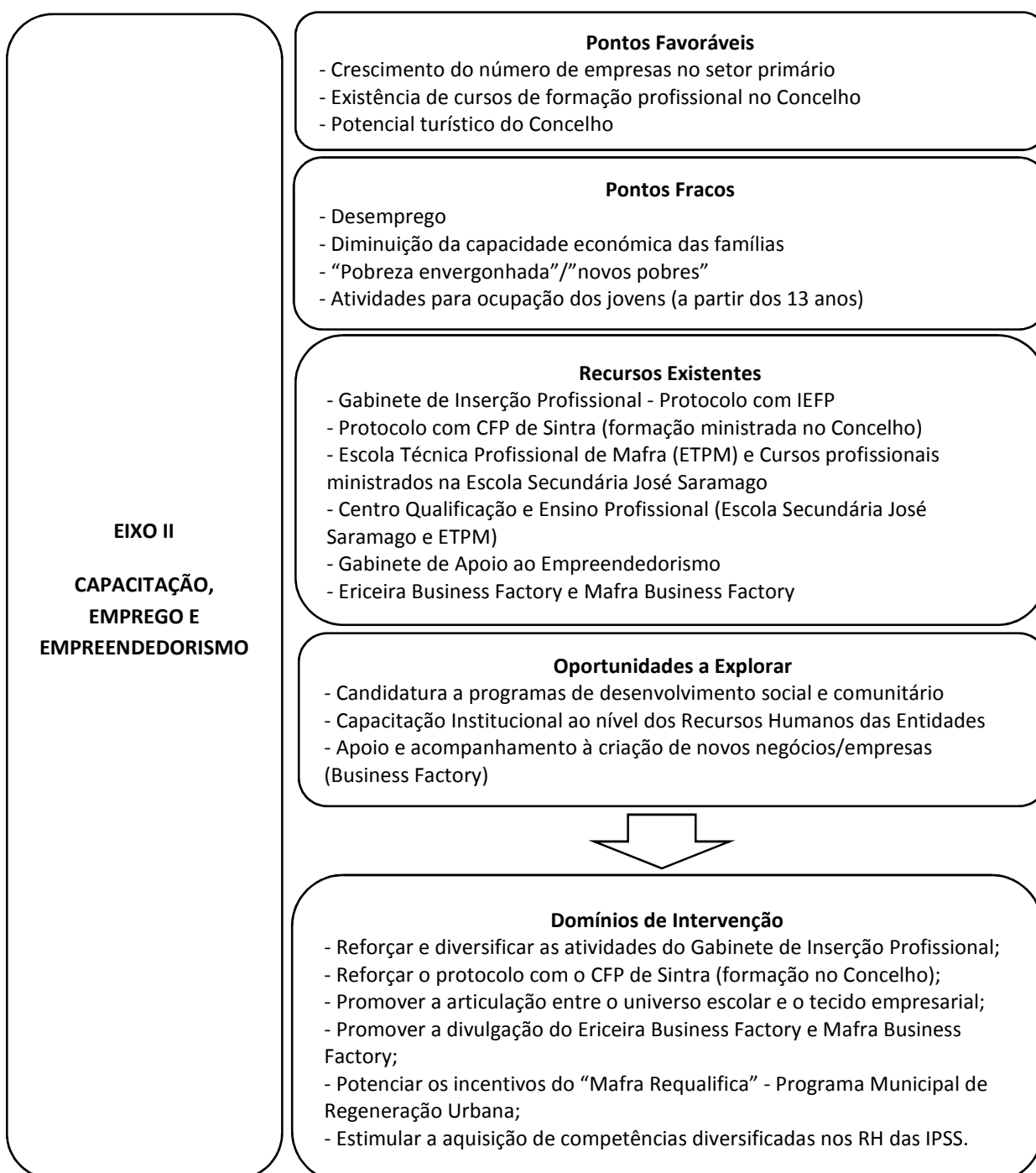
O défice de respostas que atenuem os efeitos sociais de uma tal tendência, a necessidade de reforço da capacidade das respostas das IPSS, nomeadamente ao nível da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) foi um aspetos mais salientados nos fóruns Territoriais, a par de algum défice na resposta de creche também, e outras que, de um modo geral contribuam para o efeito.

Assim, definiu-se como eixo prioritário de intervenção, a questão demográfica do envelhecimento, entendido este, como um processo que se inicia antes de se ser velho e que, por essa razão, envolve transversalmente todas as faixas etárias.



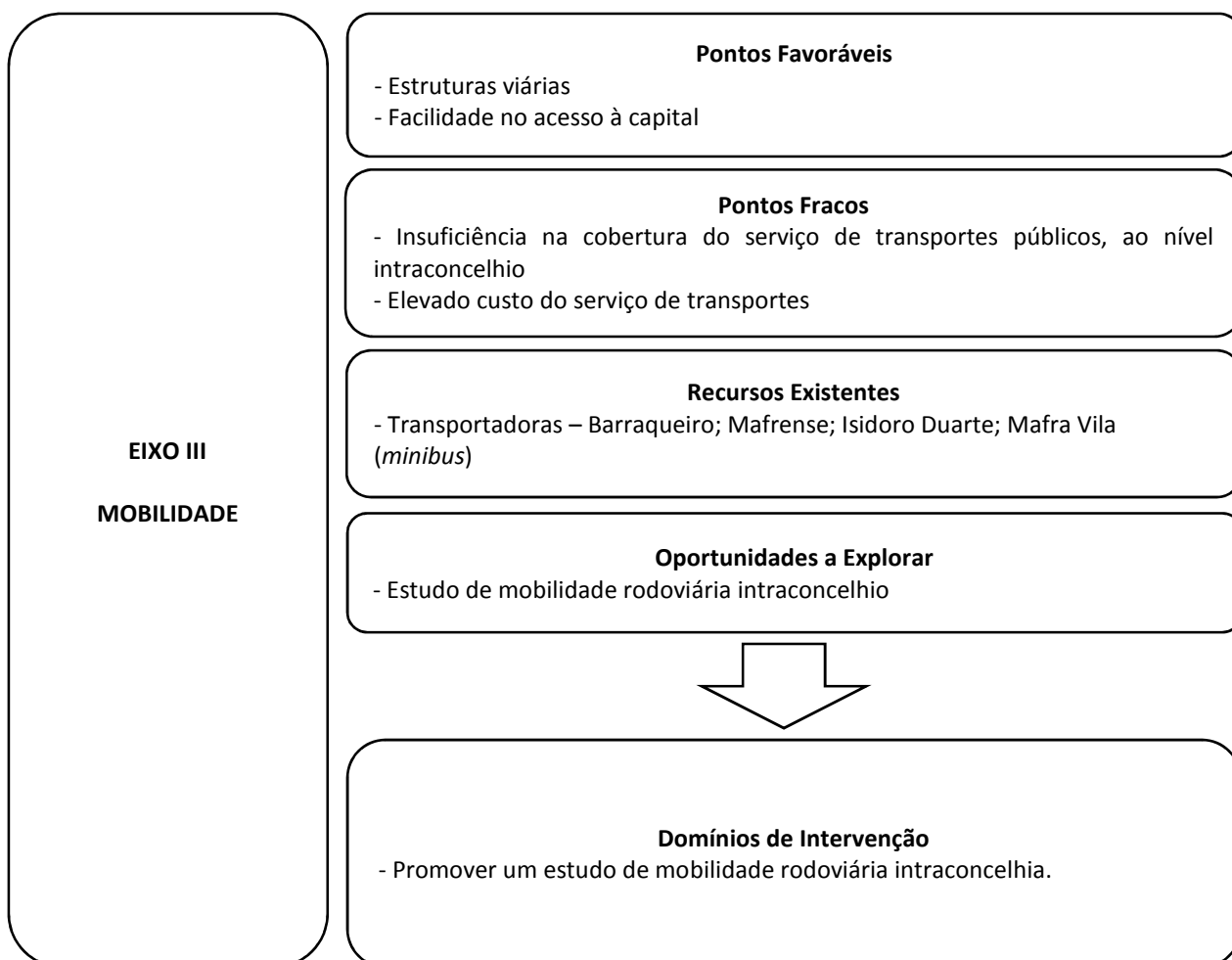
EIXO PRIORITÁRIO II – CAPACITAÇÃO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

Outro aspeto, alvo de destaque pelos parceiros locais, foi o emergir de situações de “pobreza envergonhada”, em famílias que, sendo globalmente estruturadas, têm dificuldade em expor as suas fragilidades e necessidades. Encontra-se diretamente relacionada com a conjuntura socioeconómica ao nível global, com as questões do emprego/desemprego e com os baixos rendimentos. Com o objetivo de minimizar este problema social, foi definido o eixo de intervenção orientado para a Capacitação, Emprego e Empreendedorismo, assente na possibilidade de candidaturas a programas de desenvolvimento social e comunitário e na importância da capacitação institucional ao nível dos Recursos Humanos e Equipamentos, bem como no apoio e acompanhamento à criação de novos negócios/empresas.



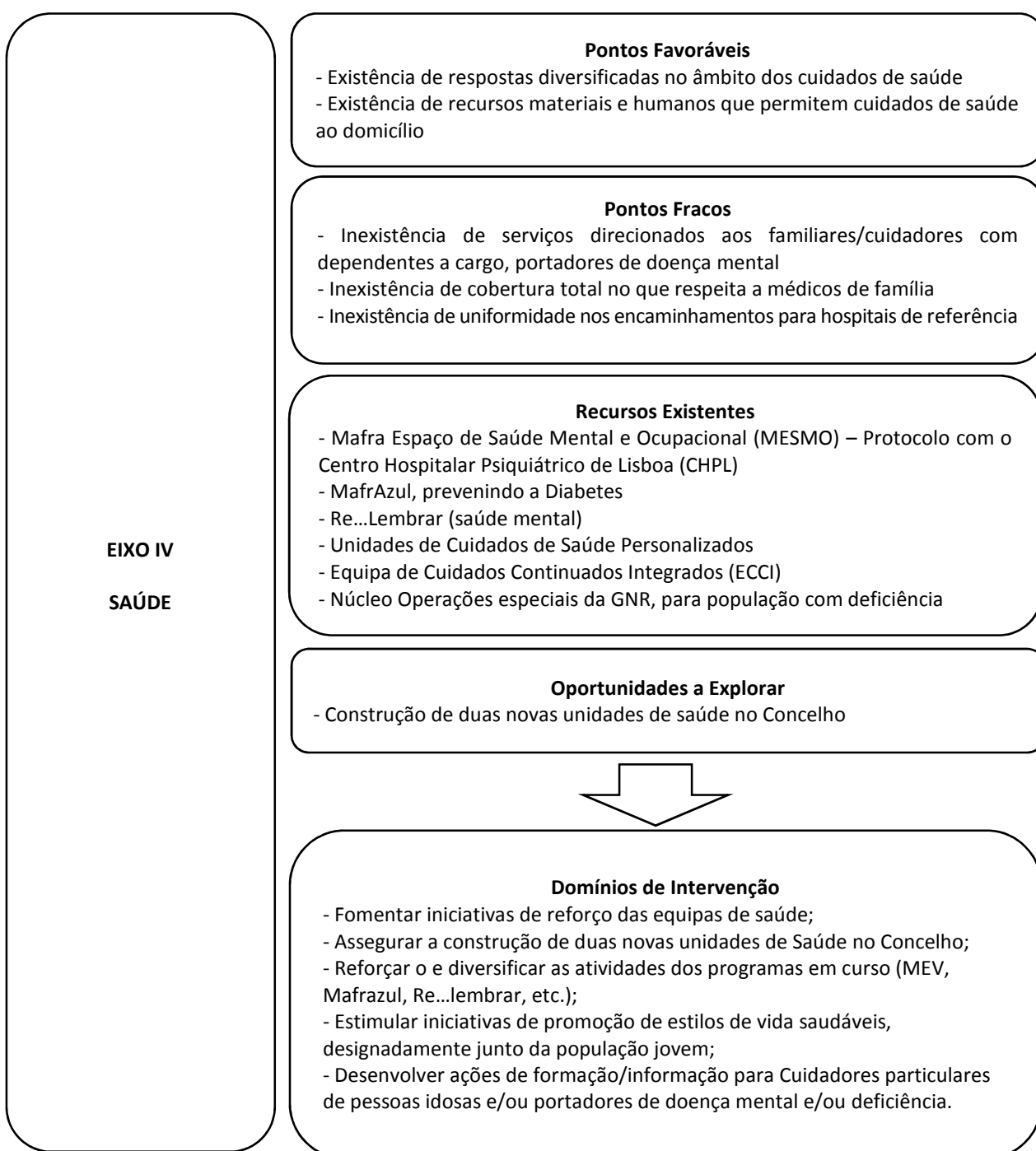
EIXO PRIORITÁRIO III - MOBILIDADE

A fraca rede concelhia de transportes rodoviários, nomeadamente no acesso à sede do Concelho, foi outra problemática enfatizada em praticamente todos os fóruns territoriais. Identificaram-se inúmeros habitantes (muitos deles idosos) que, por viverem em locais que não são cobertos por serviços regulares de transporte público, têm dificuldade em aceder a equipamentos, bens e serviços. Pela importância e influência que tem na qualidade de vida dos munícipes, determinou-se que a Mobilidade é um eixo prioritário de intervenção, a direcionar numa perspetiva de diagnóstico da situação - estudo de mobilidade rodoviária concelhio.



EIXO PRIORITÁRIO IV – SAÚDE

O acesso alargado e diversificado, dos munícipes aos serviços de saúde, foi outra das problemáticas identificadas pela generalidade dos parceiros sociais, mais especificamente no que respeita ao défice de médicos de família e de pessoal afeto aos serviços de saúde. Merecendo especial atenção por parte da rede social, esta problemática está diretamente relacionada com o aumento populacional e também com o crescente envelhecimento da população (e conseqüente aumento de doenças crónicas). A Saúde assume-se portanto como eixo prioritário de intervenção, assente, entre outras, pela construção de duas novas unidades de saúde no Concelho.



Eixo Prioritário	Objetivo Geral (estratégico)	Estratégia	Objetivo Específico (operacional)
<p>I</p> <p>DEMOGRAFIA</p>	<p>OG1. Fortalecer a capacidade de resposta das estruturas formais de apoio à Família.</p>	<p>Reforçar a eficácia e eficiência das respostas das Instituições locais, designadamente pela capacitação e pelo estímulo da articulação interinstitucional e da intergeracionalidade.</p>	<p>OE1. Promover o alargamento da capacidade da resposta social Creche, nas Instituições onde já existe.</p> <p>OE2. Promover o alargamento da capacidade da resposta de Cuidados Continuados Integrados.</p> <p>OE3. Promover o alargamento da resposta de Lar Residencial para pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>OE4. Promover o alargamento da capacidade de resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).</p> <p>OE5. Promover o alargamento da capacidade de resposta de Serviços de Apoio Domiciliário (SAD).</p> <p>OE6. Criar Centros de Noite para pessoas idosas.</p> <p>OE7. Criar uma resposta diferenciada na área da demência (Centro de Dia).</p>
	<p>OG2. Promover o envelhecimento ativo, saudável e seguro dos cidadãos.</p>		<p>OE1. Reforçar os programas locais de promoção do envelhecimento ativo, saudável e seguro, nomeadamente pelo incentivo da intergeracionalidade</p> <p>OE2. Reforçar e incentivar as iniciativas de valorização do idoso, e promoção cívica em geral</p> <p>OE3. Diversificar os serviços da Resposta Centros de Dia</p> <p>OE4. Aumentar, em número, os munícipes/ público-alvo dos Programas Especiais da GNR direcionados para apoio a pessoas idosas e para apoio a pessoas com deficiência física e/ou mental</p>

Eixo Prioritário	Objetivo Geral (estratégico)	Estratégia	Objetivo Específico (operacional)
<p align="center">II</p> <p align="center">CAPACITAÇÃO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO</p>	<p>OG1. Promover a capacitação, o emprego e o empreendedorismo do tecido social local.</p>	<p>Fomentar iniciativas que potenciem o empreendedorismo e a capacitação profissional e pessoal dos indivíduos, visando o estímulo do mercado de emprego local.</p>	<p>OE1. Promover atividades no âmbito da orientação profissional.</p> <p>OE2. Incentivar a articulação entre os Estabelecimentos de Ensino e os Agentes empregadores locais, visando a progressiva adequação entre formação e oferta de emprego.</p> <p>OE3. Reforçar a divulgação dos programas do IEFEP no âmbito da formação e apoio ao emprego.</p> <p>OE4. Promover o empreendedorismo e a difusão de práticas empreendedoras.</p> <p>OE5. Incentivar a aquisição de competências profissionais por parte dos Ativos das Instituições.</p>
<p align="center">III</p> <p align="center">MOBILIDADE</p>	<p>OG1. Capacitar a tomada de decisão no âmbito da melhoria da mobilidade rodoviária do Concelho.</p>	<p>Promover o estudo/ diagnóstico da mobilidade rodoviária concelhia.</p>	<p>OE1. Conhecer as condições e os recursos do Concelho no âmbito da mobilidade rodoviária.</p>
<p align="center">IV</p> <p align="center">SAÚDE</p>	<p>OG1. Promover a Saúde</p>	<p>Promover a Saúde pelo reforço das estruturas locais de apoio aos municípios.</p>	<p>OE1. Promover a resposta de Prestação de Cuidados Paliativos ao domicílio.</p> <p>OE2. Contribuir para a melhoria (eficácia e eficiência) da prestação dos Cuidados Continuados Integrados.</p> <p>OE3. Otimizar os recursos de proximidade aos utentes, nomeadamente através da divulgação e estabelecimento de parcerias.</p> <p>OE4. Promover formação direcionada para cuidadores formais e informais, atendendo às necessidades temáticas evidenciadas.</p>